

O IMAGINÁRIO SOCIAL COMO UM
CAMPO DE DISPUTAS:
UM DIÁLOGO ENTRE BACZKO E BOURDIEU

Wallace Lucas Magalhães

Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
e-mail: luckasoab@yahoo.com.br

MAGALHAES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 92-110.

Resumo: Este artigo se propõe a estabelecer uma relação entre os conceitos de imaginário social, proposto pelo historiador polonês Bronislaw Baczko, e campo, do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Partindo da concepção de imaginário social como um sistema de símbolos presente no cotidiano dos indivíduos, que lhe atribuem valor real e concreto, tal categoria pode ser inserida em uma arena de conflitos e disputas entre classes ou suas frações tendo em vista a consecução de visões de mundo ou suas hierarquizações, espaço pertinente ao conceito de campo de Bourdieu.

Palavras-chave: Imaginário social, campo, visões de mundo.

Abstract: This article aims to establish a relationship between the concepts of social imaginary, proposed by the Polish historian Bronislaw Baczko and field, the French sociologist Pierre Bourdieu. Starting from the social imaginary conception as a system of this symbols in daily life, that give it real value and concrete, this category can be inserted into an arena of conflicts and disputes between classes or fractions thereof with a view to achieving views world or their hierarchies, relevant space to Bourdieu's field concept.

Key-words: Social imaginary, field, worldviews.

Introdução



década de 1960 foi marcante na produção e desenvolvimento do imaginário social como categoria de análise das Ciências Humanas. Pautada na idéia de mentalidade e sua longa duração, a imaginação social ultrapassou os limites do plano simbólico e ganhou contornos materiais, funcionando como grande instrumental político. Mas afinal, o que se entende por imaginário social?

Para o historiador polonês Bronislaw Baczko, o imaginário social pode ser compreendido como um conjunto de representações coletivas associadas ao poder.¹ Nesse sentido, o autor destaca a natureza política do imaginário social, marcado por um conflito que busca a apropriação e utilização das representações coletivas.

A representação, elemento fundamental do imaginário social, que o transporta do universo simbólico para o mundo social, é analisada por Chartier como um conjunto de classificações, divisões e hierarquizações que definem a compreensão do mundo social a partir de orientações dos grupos ou classes sociais, ou suas frações, variáveis de acordo com a posição de cada um em determinados espaços da sociedade.² Nesse contexto, as representações, embora com discursos aparentemente neutros, não os são, sempre articulando estratégias de poder e dominação. Nesse sentido, Chartier destaca que as “percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por ela menosprezados”.³

¹ BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

² CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: _____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

³ CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

Esse processo é constituído, de acordo com Chartier, por caminhos variados, como o que organiza a compreensão do mundo social a partir das classificações, divisões e delimitações produzidas por intelectuais, grupos e classe sociais, criando-se figuras e símbolos que buscam dar sentido a uma posição ou condição nos diversos espaços sociais.

De forma a ultrapassar os limites impostos pela divisão entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações, Chartier enuncia que as disputas pelas classificações e representações têm tanta importância quanto às lutas econômicas para se compreender a realidade do mundo social e as formas de dominação nele presente. Para o autor, o estudo dos conflitos por classificações se insere na análise do social, de forma a compreender importantes mecanismos de dominação que não se entrelaçam de forma imediata ao mundo material. Compreender os esquemas geradores de classificações, percepções e divisões pertinentes a cada grupo ou classe constitui, na visão de Chartier, uma forma de investigar as demarcações da organização social a partir das categorias mentais e representações coletivas.⁴

Para Chartier, as representações e classificações são mutáveis no tempo e no espaço, contribuindo para a configuração do mundo social. Tais categorias (as representações e classificações) são produtos históricos produzidos por um conjunto de práticas discursivas, sociais e políticas que estão em constante conflito.

Dessa forma, Chartier expõe que as representações estão inseridas em um espaço de luta, em que um grupo busca impor a outros sua concepção de mundo, legitimando-se através de sua capacidade de “fazer crer”. Para o autor “é do crédito dado (ou recusado) às representações que um poder político ou que um grupo social propõe de si mesmo que depende a autoridade do primeiro e o prestígio do segundo”.⁵

A capacidade de “fazer crer” de um grupo ou classe proposto por Chartier como forma de domínio de determinada representação segue as linhas de Bourdieu, para quem uma classe social é definida tanto por seu “ser” quanto pelo seu “ser percebido”, ou seja, é como ela se vê e os demais a vêem. Para Bourdieu:

⁴ Idem, p. 18

⁵ CHARTIER. Op. cit. 2002, p. 172.

Os sujeitos classificantes que classificam as propriedades e as práticas dos outros, ou as deles próprios, são também objetos classificáveis que se classificam (perante os outros), apropriando-se das práticas e propriedades já classificadas (...) segundo sua repartição provável entre grupos, eles próprios classificados; as mais classificantes e as mais bem classificadas dessas propriedades são, evidentemente, aquelas que são expressamente designadas para funcionar como sinais de *distinção* ou *marcas de infâmia* (...) Aqueles que classificam ou se classificam, ao classificarem ou se apropriarem das práticas ou propriedades classificadas e classificantes, não podem ignorar que, através dos objetos ou práticas distintivos em que se exprimem seus “poderes” e que, por serem apropriados por classes e apropriados a classes, classificam aqueles que se apropriam desses objetos ou práticas, se classificam perante outros sujeitos classificantes (mas também classificáveis, assim como seus julgamentos), providos de esquemas classificatórios análogos àqueles que lhe permitem antecipar, mais ou menos adequadamente, sua própria classificação.⁶

O que Bourdieu propõe é analisar, simultaneamente a realidade da representação (esta como elemento concreto) e a representação da realidade (como as disputas materiais e simbólicas moldam a percepção da realidade), em que a busca pela dominação simbólica se dá por diversas vertentes, sejam as estratégias discursivas, seja pela lógica da superioridade versus inferioridade.⁷

Dada a importância das representações, retomemos as análises de Baczko sobre o imaginário. Para o autor, o conflito que se dá no imaginário (e em suas representações) não pode ser visto como um acréscimo do ilusório ao real, mas como uma duplicação e reforço da dominação efetiva pela apropriação de símbolos que garantam obediência.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2 Ed. Porto Alegre: Zook, 2011, p. 446.

⁷ Várias obras de Bourdieu abordam a dominação simbólica pela estratégia discursiva. Quanto às classes sociais e a disputa pela dominação através da desclassificação dos dominados, ver BOURDIEU, Pierre. *Une classe objet*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, v. 17/18, 1977, pp. 2-5). Quanto à lógica da superioridade versus inferioridade, trabalho importante é o desenvolvido por Norbert Elias. Na obra *Os estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, o autor aborda as múltiplas tensões entre os habitantes de uma região (os estabelecidos) e os forasteiros (outsiders). Em sua análise, Elias demonstra como os outsiders foram mantidos afastados de questões importantes daquela região, inclusive de sua vida cotidiana, como o afastamento de decisões políticas, participação em clubes e igrejas, por, segundo a visão dos estabelecidos, não compartilharem dos mesmos valores e modo de vida destes. Para um estudo completo, ver ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Baczko destaca que os bens simbólicos não possuem caráter irrisório e ilimitado. Para o autor, alguns bens são extremamente raros e de elevado valor, constituindo “objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar outras”.⁸

A luta pelo monopólio e controle de categorias e bens simbólicos se enquadra em um dos conceitos-chave do pensamento de Bourdieu, o campo, que passa agora a ser analisado.

A disputa pelos bens simbólicos: Bourdieu e o conceito de *campo*

Preocupado em estabelecer uma teoria da prática que vá além do objetivismo (o sujeito como produto das estruturas) e do conhecimento fenomenológico (a sociedade como produto das escolhas individuais), Bourdieu procura estabelecer a mediação entre sujeito e estrutura através do conceito de *habitus*⁹, que embora direcione a ação dos agentes, condiciona-se às posições destes em um determinado espaço, posições previamente fixadas, que Bourdieu denomina de campo.

O campo, segundo Bourdieu “defini-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo de oposições e das distinções”.¹⁰

Ortiz¹¹ expõe o conceito de campo como “o *locus* onde se trava uma luta convencional entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão”. Trazendo exemplos como a luta pela autoridade científica (campo

⁸ BACZKO. Op. cit. p. 299.

⁹ Embora não constitua o foco deste trabalho, importante tecer comentários ao conceito de *habitus* de Bourdieu, que o define como “Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente”. BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (org). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 61.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 179.

¹¹ ORTIZ, Renato. A procura de uma Sociologia da prática. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 19.

científico) e pela legitimidade dos produtos artísticos (campo artístico), O autor vai delineando o campo como um espaço em que se manifestam relações de poder, e extremamente dinâmico, uma vez que a posição (dominante/dominado) se dá através do volume e peso de capital (econômico, cultural, político, social) que cada agente ou grupo possui.¹²

Ortiz faz uma breve análise sobre o campo da alta costura em que sua estrutura é definida a partir do carisma (distribuição desigual de capital simbólico) do costureiro-artista. Os agentes ou grupos que possuem tal capital são legitimados no pólo dominante do campo (moda), auferindo os lucros e privilégios decorrentes de sua posição.

Espaço de lutas materiais e simbólicas que pressupõem outro tipo de capital é o campo universitário, que na visão de Bourdieu, é um espaço que reproduz em sua própria estrutura o campo do poder em que a ação de escolha, seleção e também inculcação de ideias e conhecimentos contribui para reproduzir sua própria estrutura. Nesse espaço, a disputa se dá pela hierarquização dos conhecimentos produzidos (direito, medicina, letras), pelo valor atribuído ao capital gerado pelas instituições de ensino, em especial o capital cultural institucionalizado¹³ e ainda a disputa entre as próprias instituições que buscam legitimar sua competência e hierarquização neste campo (instituições públicas/instituições privadas, competência do corpo docente, endogenia do corpo discente).¹⁴

O mesmo pode ser observado a partir das análises de Bourdieu sobre o campo político. Para o autor “o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”.¹⁵ O campo político, nesse sentido, é um espaço de disputa entre grupos, classes ou suas frações em que “a produção das ideias

¹² ORTIZ, Renato. A procura de uma Sociologia da prática. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

¹³ O capital cultural institucionalizado é um dos estados (ou formas) do capital cultural analisado por Bourdieu, que o qualifica através de seu estado incorporado, “sob a forma de disposições duráveis do organismo”, cuja base seria a transmissão hereditária, estado objetivado, marcado pela propriedade jurídica de bens materiais (livros, quadros), além de seu estado institucionalizado, materializado no diploma, que Bourdieu identifica como um certificado “de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura”. O conceito de capital cultural institucionalizado, bem como os demais cunhados por Bourdieu serão expostos mais à frente. Para mais, ver CATANI, Afrânio e NOGUEIRA, Maria Alice (orgs). **Pierre Bourdieu**. Escritos de educação. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2011

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.

¹⁵ BOURDIEU. Op. cit. 2007, p. 164.

acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder”.¹⁶ E concluiu Bourdieu:

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político.¹⁷

Os conflitos no interior de um *campo* definem não apenas a condição de cada agente nesse espaço, mas ainda sua posição, que levando em consideração volume e valor de capital, é determinante na relação dominante/dominado. Para Bourdieu, a posição de um indivíduo ou grupo na estrutura social se dá a partir de um processo, incluindo trajetórias e disputas em um campo, e não analisada sob uma perspectiva estática.¹⁸

Como espaço dinâmico, o *campo* pode sofrer alterações em seus pólos a partir dos elementos citados (volume e peso de capital), por estratégias discursivas (caso da “esquerda” e “direita” europeia, citada por Bourdieu, que em momentos históricos distintos, discursos como “nacionalismo”, “progresso” e “culto à natureza” são apropriados tanto por uma, quanto por outra vertente) e pelas representações sociais, produtos históricos formulados a partir das disputas por hierarquização e dominação.

É nesse ponto (representações sociais e coletivas como produtos históricos) que se buscará estabelecer o diálogo entre Bourdieu e Baczko, uma vez que este compreende o imaginário social como um conjunto de representações coletivas, fenômenos históricos instituídos de caráter conflitivo, tanto no plano material quanto no simbólico.

Mas para se analisar a relação entre *campo* e imaginário social, torna-se fundamental verificar o que se compreende como imaginário (em sentido amplo) e imaginário social, é o que propõe a seguir.

¹⁶ Idem. p. 175.

¹⁷ BOURDIEU. Op. cit. 2007, p. 185.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Imaginário e imaginário social: a busca por uma definição

O tema do imaginário se tornou um importante marco de debates teóricos, em especial na década de 1960, fazendo com que sua difusão e constantes redefinições lhe atribuíssem sentidos variados, muitas vezes alinhados ao irreal ou ilusório.

Importantes na construção de uma Teoria do imaginário são os estudos de Gilbert Durand¹⁹ e de Cornelius Castoriadis²⁰. Focado nos estudos da cultura e da política cultural, o conceito de imaginário produzido por Durand é definido pelo *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário* como:

o conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano. Este capital é formado pelo domínio do arquetipal - ou das invariâncias e universais do comportamento do gênero humano - e pelo domínio do idiográfico, ou das variações e modulações do comportamento do homem localizado em contextos culturais específicos e no interior de unidades grupais. Não se trata, portanto, de um conjunto de fantasias no sentido de irrealidades mas de um substrato simbólico ou conjunto psicocultural (presente tanto no pensamento "primitivo" quanto no civilizado, no racional como no poético, no normal e no patológico), de ampla natureza, que se manifesta sob diferentes formas e cuja função específica é promover o equilíbrio psicossocial ameaçado pela consciência da morte²¹

O que os estudos de Durand propõem acerca do imaginário é compreendê-lo como base de toda política cultural pertinente aos grupos sociais, ou seja, identificar o conjunto de imagens que, de forma dialética, produzem e são produzidas por determinados grupos, algumas de caráter universal (por exemplo, ao ciclo vital do homem, tais como aparecem em figuras, símbolos, ícones, narrativas, etc) e outras de aspecto local (aquelas atribuídas a grupos específicos em tempo e espaços definidos, aqui, valorizando os contextos históricos).

¹⁹ A análise antropológica do imaginário a partir dos estudos de Durand pode ser extraída da obra DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

²⁰ A base do conceito de imaginário descrito por Castoriadis está na obra CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

²¹ COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

Composto de aspectos idiográficos (o ideário) e arquetipal (a imaginação), o imaginário, na visão de Durand, compreende a cultura, os padrões de conduta, os códigos, as normas, bem como a afetividade, as imagens por si próprias, os ritos e as mitologias.²²

Para Durand, é a integração entre os aspectos idiográfico e arquetipal que conduz à racionalização de determinadas categorias como as ideologias e as representações sociais (conceitos pertinentes às sociedades modernas, quando comparadas aos mitos das sociedades “primitivas”).

É essa racionalização que atribui caráter científico às ideologias e representações sociais, culminando na produção de visões de mundo ancorados em argumentos supostamente legítimos (sendo a busca por legitimidade decorrente de conflitos ao longo da história).

Decorrente dos avanços sobre o estudo do imaginário são as contribuições de Cornelius Castoriadis, que buscam ultrapassar os limites da dicotomia entre real e imaginário a partir da análise de como as categorias reais (racionais) se consolidam e se propagam no tempo por significações que pertencem ao imaginário. Nesse sentido o autor destaca que:

O “real” da natureza não pode ser captado fora de um quadro conceitual, de princípios de organização do dado sensível, e estes nunca são – mesmo em nossa sociedade – simplesmente equivalentes, sem excessos, sem faltas, ao quadro de categorias construído pelos lógicos (aliás eternamente retocado). Quanto ao “real” do mundo humano, não é somente enquanto objeto possível de conhecimento, é de maneira imanente, no seu ser em si e para si, que ele é categorizado pela estruturação social e imaginário que este significa; relações entre indivíduos e grupos, comportamento, motivações, não são somente *incompreensíveis* para nós, são *impossíveis em si mesmos* fora deste imaginário²³

²² Idem, p. 211.

²³ CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 193.

Castoriadis busca definir o imaginário como elemento fundamental da condição humana, afastando-se das concepções que o identificam como falso ou inventivo. Para o autor, o imaginário se constitui a partir de uma rede simbólica que estrutura os modos de percepção dos indivíduos.

O caráter geral do pensamento de Castoriadis é a definição do social e do histórico como produtos de novas formas de organização social, pautada principalmente na instituição social. Para o autor, a instituição da sociedade “é, cada vez mais, instituição de um magma de significações”²⁴, ou seja, a sociedade, do ponto de vista sócio-histórico, como um conjunto de significações imaginárias. Para Castoriadis “Realidade, linguagem, valores, necessidades, trabalho de cada sociedade especificam cada vez, em seu modo de ser particular, a organização do mundo social referida às significações imaginárias sociais instituídas pela sociedade considerada”, concluindo que “a instituição do mundo comum é de cada vez, necessariamente, instituição daquilo que é e não é, vale e não vale, como do que é factível e não factível, tanto no ‘exterior’ da sociedade como no interior desta”.²⁵

A particularidade dos estudos de Castoriadis é seu avanço em relação a racionalidade e funcionalidade da instituição social, em que o imaginário assume papel fundamental na orientação e direção do mundo social. Para ele, o imaginário antecede a própria concepção do que entendemos como realidade, sendo esta um produto daquele.

Em suas palavras:

O imaginário não é a partir da imagem no espelho ou no olhar do outro. O próprio “espelho”, e sua possibilidade, e o outro como espelho são antes obras do imaginário que é criação *ex nihilo*. Aqueles de falam de “imaginário” compreendendo por isso o “espetacular”, o reflexo ou o “fictício”, apenas repetem, e muito frequentemente sem o saberem, a afirmação que os prendeu para sempre a um subsolo qualquer da famosa caverna: é necessário que (este mundo) seja imagem de alguma coisa. **O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos.**²⁶

²⁴ Idem, p. 414.

²⁵ Idem, p. 415 e 416

²⁶ CASTORIADIS. Op. cit. p. 13. Sem grifos no original.

Apresentadas algumas premissas sobre a concepção de imaginário, busca-se agora analisar o que Baczko compreende por imaginário social.

Baczko, assim como os demais pensadores do imaginário, busca construir sua análise com base na relação entre o imaginário e o real e em seu aspecto fundamental da condição humana, destacando que “cada geração traz consigo certa definição do homem, simultaneamente descritiva e normativa, ao mesmo tempo em que se dota, a partir dela, de uma determinada ideia da imaginação, daquilo que ela é ou daquilo que deveria ser”²⁷

Já o adjetivo “social” define, segundo Baczko, um duplo fenômeno:

Por um lado, trata-se da orientação da actividade imaginativa em direcção ao social, isto é, a produção de representações da “ordem social”, dos actores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, as imagens do “chefe”, etc. Por outro lado, o mesmo adjectivo designa a participação da actividade imaginativa individual num fenómeno colectivo.²⁸

Pelo exposto, Baczko afirma que o imaginário é um aspecto da vida social, de uma actividade dos diversos agentes sociais, constituindo pontos de referência nas redes simbólicas pelas quais a coletividade direciona regras, normas e objetivos. E conclui que:

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser.²⁹

²⁷ BACZKO. Op. Cit., p. 309.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

Nesse sentido, Baczko expõe que o imaginário social é um dos mecanismos que regulam a vida coletiva, definindo, através das referências simbólicas, divisões internas, hierarquizações e instituições sociais, além de “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”, concluindo que “ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais”.³⁰

Como espaço dos conflitos sociais, Baczko analisa alguns processos históricos que entrelaçam imaginário e poder de forma marcante. São esses “elementos para uma história” dos imaginários sociais que passam a ser agora investigados.

O imaginário social como produto da história: imaginário e poder

Baczko procura demonstrar como o imaginário social vai se constituindo em um fenômeno da vida social, ultrapassando a área das belas-artes, área que tradicionalmente o incorporava. As premissas do imaginário o colocam no plano dos mitos e rituais, confundindo-se muitas vezes com o “sagrado”.

Essa visão, pertinente às sociedades ditas primitivas, sofre uma ruptura significativa a partir, segundo Baczko, da “instalação do poder estatal, nomeadamente o poder centralizado, e com a relativa autonomia a que acede o domínio político, é que as técnicas de manejo dos imaginários sociais se desritualizam, ganhando em autonomia e diferenciação”.³¹ Nesse sentido, o imaginário social ganha contornos instrumentais, tendo na ideologia um papel fundamental, uma vez que esta oculta os mitos e orienta novas técnicas de manipulação do imaginário. Tais técnicas, em constante refinamento e diferenciação, criam mecanismos mais sofisticados e especializados de manejo do imaginário, destacando-se, por exemplo, a propaganda moderna.

A superação do viés mitológico a partir instalação do poder estatal fez do imaginário um espaço de disputas políticas, entrelaçando-o com o poder.

³⁰BACZKO. Op. Cit. p. 310.

³¹ Idem. p. 300.

A partir de uma análise sobre os mitos e símbolos pertinentes à implantação do regime republicano no Brasil, José Murilo de Carvalho define o imaginário social como um fenômeno que “é constituído e se expressa por ideologias e utopias...[e]...por símbolos, alegorias, rituais, mitos” em que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”.³²

Pelo exposto, o imaginário possui um caráter político e social, em que a consolidação de uma visão de mundo (ideologia, regime político) se dá por sua legitimação, em que agentes ou grupos sociais são mobilizados para atingir tal fim.

Apropriando-se do conceito de Bourdieu, o imaginário é um *campo* de luta política e disputa pelo poder, marcado pelo conflito entre agentes, grupos, classes, ideologias, visões de mundo, etc.

Do ponto de vista histórico, Baczko faz uma análise de autores (que define como clássicos quanto à análise do imaginário) e categorias para estabelecer as relações entre poder e imaginário social.

Sua primeira análise se concentra em Marx e o estudo das ideologias, capaz, segundo Baczko, de contribuir para um esquema global de interpretação dos imaginários. Para Marx, a ideologia “engloba as representações que uma classe social dá de si própria, das suas relações com as classes antagonistas e da estrutura global da sociedade”³³ operando no espaço do *irreal* ou imaginário.

As ideologias, e suas funções, não são estáticas, de forma a se modificarem em cada contexto histórico, cuja disputa pela afirmação de uma ideologia dominante passa necessariamente pelo imaginário, manifestando-se Baczko da seguinte forma:

Em cada formação social, as representações ideológicas da classe dominante constituem, também, a ideologia dominante, no sentido em que esta é vinculada e imposta por instituições tais como o Estado, a Igreja, o ensino, etc. A classe dominada só pode opor-se a classe dominante produzindo a sua própria ideologia, elemento indispensável da sua tomada de consciência. A ideologia assume, assim, uma dupla função: por um lado exprime e traduz a situação e os interesses de uma classe, mas por outro lado, isso só pode fazer-se deformando e ocultando as relações reais entre as classes³⁴

³² CARVALHO, J. M. **A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 11.

³³ BACZKO. Op. Cit. p. 304.

³⁴ Idem.

Além de Marx, Baczko busca as contribuições de Durkheim e Weber para o campo dos imaginários sociais.

Quanto às contribuições de Durkheim, Baczko se apropria do objetivismo do pensador francês para elucidar aspectos sobre o imaginário social. A subordinação do psicológico ao sociológico, ou a relação entre as estruturas sociais e as representações coletivas (e seu caráter de coesão) são destacadas por Baczko como forma de compreender a relação entre imaginário e poder. Como afirma o autor:

A fim de que uma sociedade exista e se mantenha, assegurando um mínimo de coesão, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do facto social sobre o facto individual, que se dotem de uma ‘consciência coletiva’, isto é, um fundo de crenças comuns que exprima o sentimento da existência da coletividade. Ora, só é possível comungar ou comunicar entre os homens através de símbolos exteriores aos estados mentais individuais, através de signos posteriormente concebidos como realidades. Um dos caracteres fundamentais do facto social é, precisamente, o seu aspecto simbólico.³⁵

Quanto às contribuições de Weber, Baczko procura analisar a questão do sentido que os atores sociais atribuem às suas ações, ou seja, que a “estrutura inteligível de toda atividade humana provém do facto de os agentes sociais visarem um sentido na sua conduta, regulando os seus comportamentos recíprocos em função desse”.³⁶

Diferentemente de Durkheim, que atribui às estruturas sociais o potencial de consolidação dos imaginários, para Weber, tal função cabe aos indivíduos. Para ele, os fenômenos sociais devem ser compreendidos a partir das ações individuais, em que o “mundo objetivo” não existe de forma autônoma. É a partir da construção de tipologias como “capitalista”, “cientista”, “sacerdote” (tipologias que privilegiam a ação) que estruturas como “capitalismo”, “ciência” e “religião” podem ser compreendidas.³⁷

³⁵ BACZKO. Op. Cit. p. 306.

³⁶ Idem. p. 307.

³⁷ ORTIZ. Op. Cit. p. 12.

Nesse sentido, o social é produzido a partir de uma rede de sentidos, por um sistema simbólico pelo qual os homens se comunicam, constituem identidades coletivas e estabelecem suas relações com instituições políticas.³⁸

Baczko destaca que para Weber, a vida social é produtora de um sistema de representações que fixam e traduzem um sistema de valores e normas, definindo um código coletivo pelo qual se expressam angústias, necessidades e expectativas dos agentes sociais.

Importante papel prestado às representações coletivas destacadas por Weber é quanto à questão das formas de dominação políticas. Baczko analisa como os três tipos de dominação enunciados por Weber (dominação tradicional, burocrática e carismática) são exercidos a partir de diferentes sistemas de representação coletiva, não se restringindo ao uso da força e coação.³⁹

A dominação (em suas formas weberianas) se fundamenta e legitima a partir desse conjunto de representações coletivas, que orienta comportamentos, conduz à obediência e subordina os agentes ao poder, ancorado em um sistema de símbolos variado ao longo da história.⁴⁰

Os estudos “clássicos” de Baczko sobre o imaginário dão um caráter elucidativo sobre a complexidade e pluralidade de possibilidades que o envolvem. Os imaginários sociais constituem um sistema complexo que abrange diferentes formas de percepção do mundo social, tais como os mitos, as religiões e as ideologias. O caráter sistêmico do imaginário determina que o mesmo se relaciona de diversas formas com outro(s) imaginário(s), confundindo-se, muitas vezes, entre eles e seus símbolos. Destaque ainda para os mitos políticos, espaços privilegiados do social em que os imaginários se constituem a partir dos discursos, utopias e ideologias.

Como conjunto de representações coletivas e espaço de poder, o imaginário é objeto de disputa por diferentes agentes, classes ou grupos sociais, que buscam, a partir de sua dominação, orientar as percepções do mundo social a partir de suas visões de mundo (objetivos, valores, modos de agir e pensar). Aqui se encontra o diálogo entre Baczko e Bourdieu, que passa a ser descrito.

³⁸ BACZKO. Op. Cit. p. 307.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

O campo dos imaginários sociais: um diálogo entre Bourdieu e Baczko

As questões preliminares de carácter teórico que envolvem os conceitos de imaginário, imaginário social e *campo* foram expostas ao longo do texto. A proposta neste ponto é estabelecer a relação entre teoria social (o conceito de *campo* de Bourdieu) e a prática (ultrapassada a vertente “irreal” e inerte do imaginário) a partir dos exemplos trabalhados por Baczko em sua obra.

Partindo-se dos casos concretos analisados por Baczko, buscar-se-á o enquadramento na reflexão teórica utilizada por Bourdieu para delimitarmos os limites e as possibilidades de se pensar o imaginário como um *campo* de disputas.

Tendo em vista os limites deste artigo, a análise entre imaginário social e *campo* se pautará no primeiro caso concreto analisado por Baczko, que trata da relação entre os imaginários sociais e violência nas revoltas camponesas na França durante o século XVII. Como carácter expositivo, reproduzimos as palavras de Baczko sobre tal fenómeno:

As revoltas camponesas que a França conheceu no decurso do século XVII e no fim do *Ancien Régime* são exemplos flagrantes, a diversos títulos, do papel desempenhado pelos imaginários sociais nas mentalidades e práticas colectivas. Por um lado, elas põem em relevo a intervenção activa desses imaginários na cristalização das recusas e das esperanças que as grandes crises de violência popular alimentam. Por outro lado, manifesta-se na sucessão destas crises uma notável resistência desse imaginário, reproduzindo no longo prazo a solidariedade entre tais imaginários colectivos e um modo de vida, uma cultura e um dispositivo simbólico determinados⁴¹

Baczko traça a cronologia dessas revoltas durante o século XVII, destacando como, em vários casos, havia uma concentração extensa de camponeses que, via de regra, articulava-se em torno de quatro tipos de motins ou violência colectiva: contra a carestia do pão, contra os aquartelamentos, contra a cobrança dos impostos e contra a cobrança das rendas.

Na análise deste caso, Baczko demonstra como as diversas interpretações sobre as causas das revoltas se inserem na perspectiva que define, a partir de uma visão linear

⁴¹ BACZKO. Op. Cit. p. 315.

da história, aspectos do Antigo Regime, em especial a dicotomia entre este e o Estado Moderno.

Nesse sentido, Baczko se ancora na posição que ressalta o aspecto coletivo e comunitário das revoltas camponesas contra o avanço do Estado Moderno, centralizador e violador de direitos percebidos como consuetudinários. Nesse ponto, o autor enfatiza que “Os imaginários sociais intervêm continuamente ao longo dos motins e a diversos níveis. As suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos. Todos convergem para a legitimação da violência popular”.⁴²

A questão que aglutina a formação dos imaginários sociais durante as revoluções camponesas é a organização fiscal direcionada pelo Estado Moderno, fenômeno que molda o inimigo no plano simbólico ao mesmo tempo em que define as ações camponesas. Baczko afirma que:

As revoltas são precedidas de boatos sobre os novos impostos ou sobre a chegada dos cobradores, ou ainda sobre o aquartelamento de soldados na aldeia, etc. As tabernas, as feiras e as festas, bem como os encontros a saída da missa, são outros tantos lugares de reunião a partir dos quais se propagam as informações e boatos. É através destes que se articula a antinomia entre “nós” e “eles”, isto é, duas representações que traduzem e esquematizam, simultaneamente, as recusas, os conflitos e os ressentimentos (...) “Eles” significa os estranhos e os traidores a comunidade; “nós” designa os membros da comunidade por nascimento, residência e destino⁴³

Esse caso é emblemático para se pensar o imaginário social como um campo, em que diversas visões de mundo se encontram em constante conflito por legitimação. Enquanto os camponeses formulam seus imaginários a partir dos usos, costumes e do direito comum, a sociedade burguesa em ascensão constitui seus imaginários e representações a partir das mitologias construídas pelo pensamento liberal, muitas pautadas no suposto caráter pacificador do Estado Moderno.⁴⁴

⁴² Idem. p. 316.

⁴³ BACZKO. Op. Cit. p.316

⁴⁴ Excelente trabalho de reflexão sobre o suposto caráter pacificador do Estado é o desenvolvido por Norbert Rouland ao analisar, a partir de uma visão histórico-antropológica a relação entre Estado, violência e o direito, em que o primeiro assume o monopólio da violência. Para mais, ver ROULAND, Norbert. *Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2008. Outro trabalho de relevo é o desenvolvido pelo historiador do Direito

Nesse espaço de conflito, os direitos de uso se chocam com os direitos absolutos, a propriedade comunal com a propriedade privada, o atrasado com o moderno, a economia moral com a economia de mercado.⁴⁵

Os demais casos analisados por Baczko nos fornecem subsídios para se compreender a complexidade, bem como os limites para se analisar imaginário social e campo, abrindo novas possibilidades de pesquisas que busquem contribuir com a temática.

Conclusão

Compreender a importância do simbólico e dos imaginários sociais não significa abrir mão do real, nem mesmo pensá-los como categorias suplementares, mas que interagem constantemente. Mais do que descrever caminhos e percepções sobre a teoria dos imaginários sociais e do *campo* de Bourdieu, este trabalho buscou demonstrar as possibilidades de se pensar os imaginários a partir da teoria social. A disputa em torno das representações e visões de mundo estão inseridas em uma arena em que o imaginário assume fundamental importância, em que elaborar um diálogo entre Baczko e Bourdieu, mais do que esgotar possibilidades de análise, abra-se espaço para novas abordagens, novos temas, novas realidades.

Paolo Grossi, que desenvolve a tese na qual o direito assume papel fundamental na consolidação do que define como “mitologias” da modernidade (em sua concepção, a sociedade burguesa), como a lei, o Estado e a propriedade privada. Para mais, ver GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

⁴⁵ A expressão “economia moral” aqui empregada é a desenvolvida por Edward Palmer Thompson. Ao analisar os motins da fome na Inglaterra durante o século XVIII, o autor destaca “Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais”, e conclui que “como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. Os desrespeitos a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta”, sendo a economia moral uma forma de ação popular, disciplinada e direcionada a objetivos. Para mais, ver THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.